

# **PRATICANDO A LEITURA E A ESCRITA POR CONTA DA LUTA PELA TERRA. UM ANÁLISE A PARTIR DOS ESTUDOS DE LETRAMENTO SOBRE UM CONTEXTO DE TITULAÇÃO QUILOMBOLA.**

LUANDA REJANE SOARES SITO (UNICAMP).

## **Resumo**

Este trabalho analisa como lideranças quilombolas lidam com práticas de escrita e leitura ao longo do processo de titulação de suas terras com base no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal brasileira de 1988. A comunidade deste estudo se encontra na fase final de regularização territorial e foi a primeira a ser reconhecida como quilombola no sul do Brasil pelos governos federal e estadual na década de 1990. Por conta da titulação, a comunidade fundou uma Associação Comunitária para representá-la nas negociações com as diferentes instituições governamentais e não governamentais envolvidas na titulação dos territórios quilombolas. Sobre essa Associação, em trabalho de campo realizado entre 2005 e 2006, observei que muitas práticas sociais de seu funcionamento exigiam o uso da língua escrita para sua administração; além disso, pude ver que a redação da ata em reuniões dentro da Associação por vezes gerou conflitos. A escrita da ata estava relacionada tanto com a leitura de documentos do gênero, que fornecia os primeiros modelos para a escritura, quanto com as cobranças que a comunidade recebia das mesmas instituições frente a sua prática de leitura e escrita, o que, por vezes, gerou-lhe cenários de exclusão. Com enfoque na abordagem sócio-cultural e etnográfica dos Estudos de Letramento, considero que os usos sociais da escrita (práticas de letramento) são constituídos pelas condições efetivas de seu uso, isto é, são situados; e busco examinar criticamente as práticas de letramento dominantes (de acadêmicos e burocratas), a fim de desnaturalizar as concepções valorizadas sobre usos da escrita a partir de uma experiência de atuação política quilombola. Esta perspectiva etnográfica sobre a leitura pode contribuir para a compreensão de aspectos pouco abordados sobre a história dos usos da escrita pela população negra no Brasil.

## **Palavras-chave:**

práticas de leitura e escrita, letramento , quilombo .

*"a perspectiva intercultural que defendo quer promover uma educação para o reconhecimento do "outro", para o diálogo entre os diferentes grupos. Uma educação para a negociação" (CANDAUI, 2008, p. 23)*

## **Introdução**

Ao longo da graduação em Letras, que realizei na UFRGS, sempre me perguntava qual seria o espaço para pensar a diversidade, mas não apenas aquela diversidade de que falavam em torno de culturas, mas também a que nos tocava: a diversidade lingüística, seja nos modos de falar, seja nos modos de escrever. Em 2004, comecei a me inteirar sobre a luta quilombola. E, ao me inserir nessas discussões, percebi a pertinência dos Estudos de Letramento - com os quais tive contato na graduação - para discutir tais questões. Como professora de língua, e atenta às novas legislações que se inseriam na discussão sobre uma possível educação

intercultural, como a Lei 10.639/09 e a **11645/2008**, pensava em como o currículo pelo qual me formava oferecia instrumentos (muitas pesquisas utilizam entrevistas, observações, narrativas e história oral) para ir ao encontro dos conhecimentos e das práticas culturais dos alunos, suas práticas de leitura e escrita. E também as minhas próprias práticas, pois todas elas estarão em jogo no processo de ensino-aprendizagem (Terzi, 2001; Jung, 2007). Segundo Maher (2007), há ainda pouca visibilidade para as experiências de educação intercultural. Das discussões que acompanho sobre educação quilombola, a maioria parece estar orientadas para o que aponta a autora sobre educação intercultural:

os contornos e as implicações da educação para a interculturalidade e para o plurilinguismo em contextos de minorias ainda precisam, sem dúvida alguma, ser mais bem conhecidos, mas os resultados de pesquisas e algumas ações educativas que tenho examinado apontam para o que, a meu ver, podem ser consideradas algumas exigências desse tipo de educação. (Maher, 2007: 267)

O paralelo entre luta quilombola e a perspectiva sócio-cultural dos Estudos de Letramento emergiu de minha participação nas atividades de assessoria política junto ao Instituto de Assessoria a Comunidades Remanescentes de Quilombo/RS (IACOREQ), uma organização não-governamental do Movimento Negro, que realizava trabalhos de assessoria política junto às comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul.

A partir da experiência de assessoria política no processo de titulação das terras de quilombos, fui levada a refletir sobre como as lideranças quilombolas vinham lidando com as práticas sociais de uso da escrita que passavam a ser exigidas durante o processo de titulação de terras, como, por exemplo, a escrita da ata para a Associação Comunitária local. Esse processo apontava para questões de escrita e identidade, pois os ambientes onde mais interagem com a escrita estavam relacionados com a identidade quilombola. A comunidade participante de minha pesquisa de mestrado se encontra na fase final de regularização territorial e foi a primeira a ser reconhecida como quilombola no sul do Brasil pelos governos federal e estadual na década de 1990. Por conta da titulação, a comunidade fundou uma Associação Comunitária para representá-la nas negociações com as diferentes instituições governamentais e não governamentais envolvidas na titulação dos territórios quilombolas.

Com base no ponto de vista crítico e transdisciplinar da Linguística Aplicada, o presente trabalho, que parte da perspectiva sócio-cultural dos Estudos do Letramento (Heath, 1982; Kleiman, 1995), toma como objeto de pesquisa práticas de letramento em um contexto de comunidade minoritária[1]. Apresento dados de minha pesquisa de mestrado, financiada pela CAPES e inserida no grupo *Letramento do Professor*, coordenado pela professora Dra. Angela Kleiman, quem também orienta esta pesquisa. Nesta ocasião, trago um recorte de minha pesquisa, em andamento, para focar a análise em como lideranças quilombolas lidaram com práticas sociais de leitura e escrita num processo de titulação de suas terras com base no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal brasileira de 1988[2].

## 1. Interculturalidade e letramento

Por conta de meu compromisso ético assumido com a comunidade, escolhi para a investigação uma perspectiva etnográfica e qualitativa. Trazer um olhar etnográfico para o entendimento do uso da escrita me possibilitaria tanto me aproximar das vozes dos participantes do trabalho, quanto entendê-la desde um ponto de vista das relações de poder nos diversos contextos de uso da linguagem. Calcada nos Estudos de Letramento, utilizei, para a pesquisa, métodos etnográficos de observação participante e entrevistas semi-estruturadas, além de contar com dados audiovisuais de um encontro público com as lideranças. A pergunta chave da pesquisa - *Como se dá o processo de inserção de práticas de letramento ocorridas no âmbito da Associação Comunitária da comunidade, no processo de titulação das terras?* - orientou o trabalho de campo, as entrevistas e a análise.

No que se refere aos conceitos utilizados, o trabalho seminal de Shirley Heath define evento de letramento como "[...] ocasiões em que a língua escrita é integrante da natureza das interações dos participantes e de suas estratégias e processos interpretativos"[3] (Heath, 1982). Ao definir o conceito *evento de letramento*, Heath permite-nos entender como interacionalmente se dão as diferentes ações no uso da linguagem, que acabam por constituir diferentes concepções de uso da escrita. Além disso, sua pesquisa mostra como as diferenças culturais podem resultar em desvantagens para os alunos de grupos étnicos que não tem seus conhecimentos e sua história reconhecidos na escola.

Sarah Michels, analisando interações entre professoras e alunos no evento "a hora da rodinha" (Michaels, 1991), observa que as diferenças nas estruturas narrativas entre as crianças estavam relacionadas com seus grupos étnico-raciais e que essas diferenças eram transpostas também para sua produção escrita. O tratamento das professoras frente às estruturas não canônicas era mais sensível quando elas reconheciam essas diferenças. Esse trabalho nos aponta a relevância de se pensar sobre as diferenças étnico-raciais no uso da linguagem oral e escrita e suas implicações na prática pedagógica.

Ambos os trabalhos contribuem para entendermos o foco desse novo campo de estudos sobre a escrita, o qual passou a analisar *práticas de letramento* situadamente, ou seja, nos seus contextos específicos, contribuindo para entender o uso da escrita em contextos diferenciados (Kleiman, 1995), levando em conta os valores históricos locais. Assim, ao falar em práticas sociais de escrita, estamos pensando que,

os comportamentos exercidos pelos participantes num evento de letramento, quanto às concepções sociais e culturais que o configuram, determinam sua interpretação e dão sentido aos usos da leitura e/ou da escrita naquela particular situação (Street, 1995a *apud* Soares, 2004: 105)

Ao olharmos para comunidades tidas como minoritárias, revemos a compreensão das *práticas de letramento*, percebendo-as como "social e culturalmente determinadas, e, como tal, os significados específicos que a escrita assume para um grupo social dependem dos contextos e instituições em que ela foi adquirida" (Kleiman, 1995: 21). Além disso, coloca-se o desafio de realizar uma análise desde uma perspectiva interacional e sócio-histórica, com o intuito de entender as práticas de letramento locais em relação às relações de poder e à história (Collins; Blot, 2003); e, junto a isso, promover um olhar crítico para as práticas de letramento dominantes presentes nas tentativas de diálogo entre o estado e as

comunidades minoritárias. A nosso ver, ao levarmos em consideração a história local da comunidade, mostramos que sua situação atual de vulnerabilidade e exclusão é um resultado da história.

Orientando essa discussão para o campo da educação intercultural[4], a sociolinguísta Virginia Zavala (2002) ressalta em sua pesquisa sobre uma escola bilingüe - espanhol e quechua - nos Andes peruanos que há três pontos que os educadores precisam assumir: i) a pluralidade das práticas de letramento, ou seja, há outras práticas sociais de uso da escrita para além da escola; ii) a maneira que se dissocia oralidade e escrita, na escola, faz com que se reproduza um discurso de inferioridade para a oralidade e uma prática descontextualizada para a escrita, e, por último, iii) a necessidade dos professores conhecerem com olhos críticos e descobrirem a riqueza e a diversidade dos discursos orais e a melhor maneira de incorporá-los em sala de aula. Para isso, uma perspectiva etnográfica no ensino de leitura pode contribuir muito para o processo de ensino-aprendizagem.

## **2. Letramento numa comunidade quilombola**

Para começar a falar do contexto quilombola, apontaria três itens importantes para levarmos em conta: a circulação das lideranças nas esferas jurídica e acadêmica por conta dos laudos[5], o contexto atual de políticas públicas afirmativas voltadas para essas comunidades e a exigência da constituição de uma Associação Comunitária local. Quanto ao primeiro, há um grande contato ao longo da realização do processo de titulação com os campos jurídicos e acadêmicos, contato este decorrente de que tais campos são os principais espaços de disputa pelas terras (Almeida, 2002; Anjos & Silva, 2004) para essas comunidades. As lideranças quilombolas passaram a circular em variadas esferas em que os eventos são mediados pela escrita ou exigem e visibilizam essa linguagem. Com relação às políticas públicas, a implementação de políticas específicas para os quilombos por parte do Estado (como o Programa Brasil Quilombola), parece estabelecer um diálogo junto a esses grupos, antes invisíveis ao Estado, como vemos na interação entre os quilombos no estado do Rio Grande do Sul e o INCRA, instituição responsável nesse estado pela titulação das terras de territórios quilombolas. No que tange à Associação Comunitária, vemos que essa instituição exigiu atividades letradas para a sua funcionalidade.

A comunidade quilombola participante desta pesquisa está localizada numa área rural do município de Mostardas, situada no litoral médio do Rio Grande do Sul. Essa comunidade, antes uma fazenda de portugueses, teve parte de suas terras legadas em testamento por dona Quitéria do Nascimento, viúva proprietária das terras, a 12 escravos da fazenda no ano de 1826, os quais nesse momento tornaram-se livres e com um pedaço de terra que ficaria em usos e frutos para seus descendentes. A luta pela segurança das terras passou a ser uma constante em sua história por conta das ameaças que sofreram. Após um grande número de processos, em 1996, iniciaram a luta pela terra com base no artigo 68, conforme podemos .

A Associação Comunitária (doravante AC) foi construída no ano de 1999, em meio ao processo que vivenciam até o momento[6]. A sede onde ocorrem as reuniões, encontros e cursos - que é também um espaço de sociabilidade, onde são realizadas festas - é onde ocorrem as negociações sobre a titulação da terra - contato com instituições como INCRA, Universidades, movimentos sociais,

Ministério Público, etc. Neste espaço, pude observar inúmeras vezes o registro de atas, que era feito por membros da comunidade, em geral, a secretária da AC. O processo de redação da ata gerava conflito, seja por dúvidas quanto ao gênero, seja por dúvidas quanto à escolha das informações das reuniões que deveriam ser incluídas no texto.

Sobre essa Associação, em trabalho de campo realizado entre 2005 e 2006, observei que muitas práticas sociais de seu funcionamento exigiam o uso da língua escrita para sua administração: a escrita das atas nas reuniões, o gerenciamento do livro caixa, anotações das atividades que realizavam na associação (como cursos, festas, etc.). Além disso, pude ver que a redação da ata em reuniões dentro da Associação por vezes gerou conflitos: seja por dificuldade em selecionar os itens para inserir no texto, seja por escolher quem será seu escritor (que geralmente era a secretária da Associação ou pessoas de instituições parceiras). A escrita da ata foi orientada pela leitura de outras atas (que forneciam os primeiros modelos para sua escritura) bem como pelas **cobranças que recebiam dos agentes com quem interagiam sobre sua prática de leitura e escrita, o que, por vezes, gerou-lhe cenários de exclusão.**

Duas questões me chamavam a atenção nesses eventos. Em primeiro lugar, a tensão entre a concepção de confiança local, baseada na oralidade, e o valor de confiança dos agentes públicos externos, calcado na escrita. Em segundo, o aumento da visibilidade e do contato com a escrita, nessa comunidade, no âmbito da AC, instituição fundada por conta de tal processo de titulação, que exigiu práticas letradas para sua administração.

Para a análise, apresento dois excertos que fazem parte de uma entrevista com dona Liza[7], uma das lideranças locais, sobre os materiais escritos que circulavam na Associação, em especial a Ata. Neste primeiro, ela narra um evento no qual o fato de não registrarem um o pedido da comunidade acertado em conversa no local em momento anterior feito com um dos agentes institucionais com os quais dialogam resultou no ônus de não terem o pedido atendido.

### **Excerto 1**

o negócio da ata foi num encontro agora nesse encontro que a gente esteve lá no na Justiça Federal lá na.... é que eu cobreí do pessoal do INCRA (...). E ele disse que não, que ele não tinha falado isso. E eu disse pra ele que estava na ata, e ele disse "não está, dona Liza". E folhou a ata e realmente não estava. Foi um esquecimento de não anotar. (dona Liza, 01/03/2006)

Nessa fala, dona Liza relatou um evento em que sofreram prejuízo em decorrência da seleção de informações que registraram na ata. Nesse evento, uma negociação feita com o INCRA deixou de ser registrada por parte da comunidade e, ao ser cobrada oralmente, não foi honrada. Dona Liza constatou que foi uma falha não ter anotado uma promessa feita pelos representantes da instituição. Aqui é possível ver também essa relação de contato com o Estado que, como aponta Pratt (1999), em geral é conflituosa. Mesmo que haja uma sociabilidade no âmbito da Associação entre os diferentes agentes, quando ocorrem essas negociações conflitivas as lideranças da comunidade vão percebendo as funções dos documentos que produzem e que para esses agentes externos nem sempre a palavra oral basta. O

próximo excerto segue essa discussão, no qual ela conceitua o que para ela significa a ata.

## Excerto 2

[A princípio, pra que que serviu as atas pra vocês?]

Porque a ata é um documento. O que tá escrito na ata é um documento. Tanto é que a ata... a ata é registrada em cartório, né. Então é um documento que a gente tem pra pressionar o pessoal, que ali tá *a palavra deles, né?! (dona Liza, 01/03/2006)*

Aqui, dona Liza explicita que passou a ver a ata como um documento de pressão do "pessoal", nesse caso, os agentes externos. Quando diz "ali tá a palavra deles, né!?", dona Liza levanta um fator fundamental de percepção dos conflitos: a escrita da ata registra *a palavra deles*, "dos de fora", referindo-se ao evento no qual o registro escrito da promessa seria fundamental.

Nessa entrevista, podemos observar na ação do agente do INCRA uma prática de letramento que toma a escrita como a via de negociação legitimada pela instituição do Estado que representa. Os sentidos gerados nesse discurso giram em torno de um valor para a escrita - o que está escrito é a verdade - e para a leitura - ela possibilitaria a verificação da verdade e, logo, a possibilidade da cobrança por parte de dona Liza. Além disso, o agente, ao renunciar o dito e exigir o registro escrito do que fala e negocia, exige que a relação com os líderes quilombolas se dê na mesma linguagem - a escrita.

Por outro lado, dona Liza demonstra em seu discurso uma percepção da prática de letramento do agente público e um conflito entre a prática deste e as suas práticas de uso da escrita e da oralidade. Sua conceituação de ata - "é um documento que a gente tem pra pressionar o pessoal, que ali tá a palavra deles, né?!" - demonstra um reconhecimento da falta de flexibilidade por parte da instituição do estado, o que poderia nos levar a pensar que ela passa a crer nesse valor da escrita.

No entanto, logo após a entrevista, dona Liza continua contando sobre a relevância da linguagem oral para a comunidade e comenta que seu pai sempre falava que "antigamente, o bigode era palavra dada". Nessa narrativa, queria chamar a atenção para o valor da "palavra dada" para sua comunidade, para o poder que lá ela tem. Fazendo um contraponto entre sua concepção de ata e sua narrativa contada logo após falar sobre esse evento, podemos perceber em seu discurso uma resistência frente a essa prática de letramento dominante (Kleiman, 1995) ao ressoar que para o *nós quilombola* dessa comunidade "a palavra ainda vale!".

Para os Estudos de Letramento, ler e escrever só fazem sentido quando estudados no contexto das práticas sociais e culturais dos quais são parte. Tendo isso em vista ao observar esses excertos, é possível apontar que, nesse processo de titulação, as lideranças quilombolas, que usaram a escrita em muitos eventos conflituosos, tiveram de buscar estratégias para lidar com os usos da escrita que se apresentavam, além de reconceitualizar os gêneros com os quais vinham interagindo - no caso, a ata[8]. O conflito pareceu evidenciar a compreensão entre

as relações que se estabelecem entre os "de dentro" e os "de fora" (Pratt, 1999) no processo de uso da escrita, como quando esta se apresenta como a palavra "deles".

### 3. Considerações finais

A abordagem sócio-cultural e etnográfica dos Estudos de Letramento nos permite olhar como os usos sociais da escrita (práticas de letramento) são constituídos pelas condições efetivas de seu uso, e pontua um exame crítico das práticas de letramento dominantes. E é dessa forma que essa perspectiva etnográfica sobre a leitura e a escrita pode contribuir para a compreensão de aspectos pouco abordados sobre a história dos usos da escrita pela população negra no Brasil e, com isso, contribuir também para a construção de práticas interculturais de ensino de leitura e escrita que as tomem por base.

Esses diferentes valores sobre a escrita - diferentes não só em sua ação, mas também nas concepções sobre a leitura e escrita - estão em jogo quando vamos ensinar as pessoas a ler e a escrever. Conhecer esses valores - forças e relações de poder - que estão em jogo nos permite refletir sobre tais aspectos relacionados à leitura e à escrita e trabalhá-los para promover um letramento crítico.

### 4. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ANJOS; José Carlos dos; SILVA, Sérgio Batista (org.). **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. (org.) **Multiculturalismo. Diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

CÉSAR, América L.; CAVALCANTI, Marilda C. Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In: CAVALCANTI, Marilda C.; bortoni-ricardo, Stella Maris (org.). **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

COLLINS, J.; BLOT, R. **Literacy and literacies**. Text, power and identity. CUP: Cambridge, 2003.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Eventos e conjuntura de letramento: a vila de Itapoã e os alfabetizando do grupo atuante de mulheres**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Programa de Pós-Graduação em Educação. Tese de doutorado.

HEATH, Shirley B. What no bedtime story means: narrative skills at home and school. **Language and Society**, (11), p. 49-76, 1982.

JUNG, Neiva Maria. **Identidades sociais na escola**: gênero, etnicidade, língua e as práticas de letramento em uma comunidade rural multilingue. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2003.

KLEIMAN, Ângela (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado Aberto, 1995.

\_\_\_\_\_. Introdução: o que é letramento? In: KLEIMAN, Ângela (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado Aberto, 1995.

LEITE, Ilka Boaventura. **O Legado do Testamento**. A comunidade de Casca em Perícia. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MAHER, Teresinha Machado. A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo. In: KLEIMAN, A.; CAVALCANTI, M. C. (org.) **Linguística aplicada**: suas interfaces. SP: Mercado de Letras, 2007.

MICHAELS, Sarah. Apresentação de narrativas: uma preparação oral para a alfabetização com alunos da primeira série. In: COOK-GUMPERZ, Jenny (org.). **A construção social da alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**. Relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999.

RATTO, Ivani. Ação política: fator de constituição do letramento do analfabeto adulto. In: KLEIMAN, Ângela (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado Aberto, 1995.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

\_\_\_\_\_. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). **Letramento no Brasil**. Reflexões a partir do INAF 2001. 2. ed. São Paulo: Global, 2004.

TERZI, Sylvia B. **A construção da escrita: uma experiência com crianças de meios iletrados**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ZAVALA, Virginia. **(Des)encuentros con la escritura**. Escuela y comunidad en los Andes peruanos. Lima: Red para el Desarrollo de las ciencias Sociales en el Perú, 2002.

---

[1] Sobre comunidades minoritárias, queria observar que para esta apresentação utilizarei a compreensão de César e Cavalcanti (2007), que as compreende como "aquelas populações que estão distantes das fontes de poder hegemônico, embora, algumas vezes, numericamente sejam majoritárias em relação à sociedade ou grupo dominantes" (César; Cavalcanti, 2007: 45)

[2] Segundo consta no **Art. 68**. "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (ADCT/Constituição Federal de 1988).

[3] "(...) occasions in which written language is integral to the nature of participants' interactions and their interpretive processes and strategies." (p. 319)[3]

[4] O palestrante Domingos de Barros Nobre, na mesa-redonda realizada no 17º COLE, no dia 22 de julho, pela manhã, intitulada ***História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar: como atender à lei 11645/2008?***, apontou a relevância de trabalhos etnográficos de diferentes campos, entre eles a Linguística Aplicada, para a implementação desses conhecimentos na esfera escolar. Creio que a pergunta posta pela mesa é pertinente e relaciona bem a pesquisa que desenvolvo no Mestrado do Programa de Linguística Aplicada, do IEL/UNICAMP, ao tema deste eixo - Práticas de Leitura, gênero e exclusão.

[5] Os relatórios sócio-antropológicos (ou laudos) são estudos realizados por uma equipe interdisciplinar - das áreas de História, Antropologia, Sociologia, Geografia e Arquitetura - para levantamento do perfil sócio-econômicos das comunidades e de seu histórico. Este relatório, realizado para o INCRA, compõe a primeira fase do processo de titulação.

[6] O processo de titulação da comunidade já está na etapa final, mas não há um prazo estipulado para que ocorra a titulação.

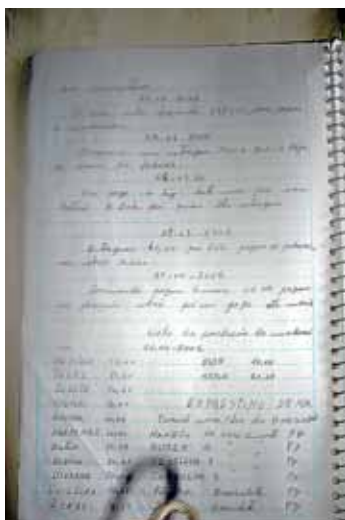
[7] Os nomes foram alterados para preservar a identidade dos participantes.

[8] Os trabalhos de Ivani Ratto (1995) e de Maria Hassen (2003) também analisam práticas de letramento em Associações Comunitárias, trazendo experiências letradas em vida política.

## Anexo 1 – Fotos de produção escrita local<sup>1</sup>



Registro em ata de reunião na Associação Comunitária



Caderno utilizado para anotações de compras, trocas e registros políticos.

---

<sup>1</sup> Fotos: Luanda Sito.